



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Com vista a responder mais adequadamente às necessidades dos utilizadores do Centro de Documentação, o IESE decidiu introduzir mudanças na concepção do seu Boletim Bibliográfico. Assim, o Boletim Bibliográfico deixa de ser de publicação mensal e passa a ser trimestral. Cada número será inteiramente consagrado a um único tema, privilegiando as áreas que constituem linhas de pesquisa do IESE. A mudança introduzida no Boletim diz respeito não só à periodicidade e ao enfoque como também à sua estrutura. A nova versão apresenta uma bibliografia temática anotada, organizada em três secções: 1) Publicações do IESE sobre o tema; 2) Publicações sobre o tema disponíveis no IESE; 3) Literatura cinzenta sobre o tema disponível no IESE.

Descentralização

O tema deste primeiro número é descentralização. As reformas de descentralização implementadas, particularmente, no contexto das reformas políticas dos últimos trinta anos resultaram numa vasta literatura produzida não só por instituições académicas como também por actores ligados a processos de desenvolvimento, nomeadamente agências estatais e de cooperação internacional. Abrangendo os três principais tipos de descentralização (administrativa, democrática e fiscal), as publicações que compõem este boletim bibliográfico tratam da descentralização nas suas múltiplas dimensões, focalizando a atenção para a análise do processo das reformas, os contextos, as dinâmicas e as lógicas da sua implementação, bem como os resultados obtidos no tempo e no espaço.

Publicações do IESE sobre o tema

Brito, Luís de (2012), Pobreza, "Parpas e Governação". In: *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Para além de abordar aspectos a volta da pobreza "parpas e governação", o artigo refere que a descentralização ocupa um lugar preponderante no capítulo da governação no que diz respeito aos planos de redução da pobreza, pois é considerada como um meio de aproximar o Estado e os serviços públicos dos cidadãos e de tornar a governação mais capaz de responder às suas necessidades, exercendo um papel de facilitação da formulação e execução de políticas em favor dos pobres.

Canhanga, Nobre de Jesus Varela (2007), Os Desafios da descentralização e a dinâmica da planificação participativa na configuração de agendas políticas locais. In: Luís de Brito, et. al. (orgs.). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo procura mostrar que a descentralização e a metodologia de planificação participativa devem ser examinadas como a condição para viabilização da boa governação e consolidação da democracia. Para além destes factores, a inclusão e uma forte

capacidade analítica dos actores do processo de planificação e orçamentação determinam o sucesso da descentralização.

Forquilha, Salvador (2007), Remendo novo em pano velho: o impacto das reformas de descentralização no processo da governação local em Moçambique. In: Luís de Brito et. al. (orgs.). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo discute a implementação das reformas de descentralização no contexto do processo de governação local em Moçambique. O artigo argumenta que o impacto das reformas em curso é fraco, concorrendo para tal dois factores importantes: a influência da trajectória do "Estado patrimonializado" no processo de governação local e o fenómeno da reprodução, pelas elites no poder a nível local, de práticas autoritárias do passado.

Forquilha, Salvador (2010), Governação distrital no contexto das reformas de descentralização administrativa em Moçambique: lógicas, dinâmicas e desafios. In: *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo analisa o processo de governação local resultante da implementação das reformas de descentralização administrativa em curso em Moçambique, o processo de institucionalização dos espaços de participação e consulta comunitária, a identificação dos principais desafios associados ao referido processo. O argumento principal sublinha que a lógica de recentralização prevalecente no processo de institucionalização dos espaços de participação e consulta comunitária tem que ver com a trajectória do próprio Estado pós-colonial em Moçambique, caracterizada por uma forte dinâmica centralizadora do poder.

Forquilha, Salvador & Orre, Aslak (2011), "Transformação sem Mudanças": Os Conselhos Locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. In: *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Este artigo procura analisar os desafios da institucionalização democrática em Moçambique com enfoque para as dinâmicas e lógicas de funcionamento dos espaços de participação criados no âmbito do processo de democratização do país, em particular ao nível dos distritos. O Artigo defende que o funcionamento dos espaços criados na sequência do processo de democratização é estruturado pelas dinâmicas do sistema de partido dominante.

Monteiro, José Óscar (2011), Estado, descentralização e cidadania: equação possível ou imperativa. In: *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo retrata aspectos sobre Estado e cidadania e relaciona-os com a descentralização que é analisada e definida em várias vertentes. O artigo faz algumas reflexões sobre o próprio processo de descentralização e levanta questões que reflectem os desafios específicos que o processo de descentralização enfrenta. Não obstante, o artigo defende que a descentralização deve ser vista como um **continuum** que vai desde as comunidades às autarquias, das representações do Estado ao nível da localidade até ao nível da província.

Noronha, João & Brito, Lídia (2010), Desafios da gestão municipal. In: *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Marcado por um enfoque em assuntos de gestão, este artigo levanta questões que levam à reflexão sobre diferentes pilares do desenvolvimento autárquico e a importância de garantir a sustentabilidade sócio-cultural, financeira, política e ambiental dos Municípios. O artigo defende que o processo de descentralização em Moçambique, apesar de ser jovem, já possibilita uma análise dos factores-chave que têm permitido a sua consolidação.

Pereira, João (2012), A descentralização ajuda a reduzir a pobreza política em Moçambique? In: *Desafios para*

***Moçambique 2012*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.**

Este artigo analisa a problemática da descentralização e pobreza política em Moçambique, ou seja, discute de uma forma crítica, as dinâmicas de participação, representação e articulação dos interesses dos pobres em espaços públicos, particularmente ao nível dos Conselhos locais. O artigo assenta na hipótese que considera a pobreza não simplesmente como a insuficiência de renda, mas a exclusão política em que os pobres estão mergulhados, resultante da crise da sua participação e da sua representação em espaços públicos, da desmobilização política dos actores cívicos, da ausência de uma educação virada para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma cultura política que bloqueia a democratização efectiva da sociedade moçambicana.

Rosário, Domingos do (2011), Descentralização em contexto de partido "dominante": o caso do município de Nacala Porto. In: *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

O artigo mostra que, num sistema de partido dominante e de municípios de penúria, sem base económica e tributária, o sucesso da governação local depende altamente da vontade do poder central. Neste contexto, o artigo constata que a Frelimo não só não quer, de forma alguma, a consolidação de outras legitimidades políticas, mas também não está preparada para estar na oposição, mesmo a nível local, e que a descentralização não está a conseguir criar uma situação de pluralismo político porque o partido dominante consegue através do controlo que exerce sobre o Estado, instrumentalizar os recursos para fortificar as suas bases locais.

Weimer, Bernhard (2012) (org.), *Moçambique: Descentralizar o Centralismo*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Nesta obra, pode se encontrar textos que tratam do enquadramento histórico e político mais amplo da descentralização em Moçambique, como filosofia e prática, até à análise da prestação de alguns serviços públicos ao nível local. Sem ser exaustivo, o livro aborda as questões principais e oferece uma oportunidade para aprofundar o debate sobre a experiência concreta da descentralização em vários domínios, com os seus sucessos, dificuldades e contradições, os interesses em jogo e as lutas entre diferentes actores sociais que caracterizam o processo, o que poderá ajudar a compreender as razões, o sentido e a função do modelo de descentralização adoptado no país.

Publicações sobre o tema disponíveis no IESE

Abrahamsson, Hans & Nilsson, Anders (1995), *A planificação descentralizada*. In: Hans Abrahamsson & Anders Nilsson. *Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique*. Maputo, Centro de Estudos Estratégicos Internacionais.

No artigo, a planificação descentralizada é analisada num contexto económico, em que o papel do Estado é preponderante na implementação duma estratégia alternativa de desenvolvimento nos distritos. A tese defendida é que para que a responsabilidade de implementação possa ser transferida para os distritos, a distribuição central dos recursos disponíveis tem que corresponder às prioridades locais. Portanto, o estudo avança que é necessário que um reforço de poder a nível local seja paralelo a uma capacitação do poder central.

Akesson, Gunilla & Nilsson, Anders (2006), *National governance and local chieftaincy: a multi-level power assessment of Mozambique from Niassa's perspective*. Maputo, Swedish International Development Cooperation Agency.

O principal objectivo do estudo é criar uma base para uma melhor compreensão do complexo social, das estruturas do poder económico e político e relações de poder em Niassa e suas implicações para redução da pobreza e desenvolvimento na província.

Artur, Domingos do Rosário (1999) (ed.), *Tradição e modernidade: que lugar para a tradição africana na governação descentralizada de Moçambique?* Maputo, Ministério da Administração Estatal.

O estudo é resultado de uma pesquisa levada a cabo pelo Ministério da Administração Estatal, cujo objectivo é analisar cientificamente e contextualizar culturalmente questões da governação ao nível local, ou seja, do poder local no âmbito do Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL). Deste modo, a obra pode ser vista não só como uma contribuição para o debate sobre as questões fundamentais da governação mas também como resposta à necessidade inquestionável de reescrever a história do sistema de governação do país.

Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (2009), *Monitoria da governação local pela Sociedade Civil – aspectos legais*. Maputo, Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento.

Trata-se de um manual que reúne os principais instrumentos legais e os artigos mais importantes no quadro da actividade da monitoria. O texto está estruturado em três partes: mecanismos legais de monitoria da governação ao nível da província e do

distrito, mecanismos legais de monitoria da governação ao nível dos municípios e monitoria temática: gestão do solo urbano e aspectos legais.

Centro de Integridade Pública (2009), *Aspectos críticos da governação local em Moçambique: Um olhar sobre 6 distritos e 3 autarquias*. Maputo, Centro de Integridade Pública.

A principal constatação deste relatório sublinha que mais da metade das actividades inscritas nos Planos Económicos e Sociais e Orçamentos Distritais (PESODs) não são realizadas pelos governos distritais. A análise mostra igualmente que ainda não há integração vertical entre o PESOD, Plano Económico e Social (PES) provincial e PES central.

Centro de Integridade Pública (2008), *Análise da proposta de Orçamento de Estado e Plano Económico e Social 2009, de ponto de vista do sector da Boa Governação conforme definido no PARPA II*. Maputo, Centro de Integridade Pública.

Este relatório traz detalhes sobre aspectos constatados por um estudo comparativo entre a proposta orçamental para o ano de 2009, considerando o Cenário Fiscal de Médio Prazo 2009-2011, o Plano Económico e Social 2009, os Orçamentos de Estado de 2005 a 2008, com maior enfoque para as linhas traçadas (prioridades por sector) para o pilar da governação no contexto do PARPA II.

Centro de Integridade Pública (2010), *Experiência da iniciativa de monitoria da governação local 2006-2010*. Maputo, Centro de Integridade Pública, 2010.

A principal constatação deste relatório sublinha que nos distritos, os governos distritais realizam pouco menos da metade dos empreendimentos planificados; e nas autarquias locais, os planos são de tal forma ambiciosos que comprometem não só a sua execução como também a qualidade dos próprios empreendimentos.

Centro de Integridade Pública (2008), *Governação e participação em Moçambique: problemas práticos e desafios reais*. Maputo, Centro de Integridade Pública.

Este relatório analisa os principais problemas e desafios que afectam a área da governação democrática. O relatório aborda igualmente oito pilares relevantes para a aferição da qualidade da governação.

Cuhaela, Ambrósio (2007), *Descentralização e autoridade tradicional: memória do projecto*. In: *State recognition of local authorities and public participation – experiences, obstacles and possibilities in Mozambique*. Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

O estudo procura mostrar a complexidade do dilema sobre o trabalho com as comunidades rurais nas vertentes académicas, sociopolítica e empírica e refere que, quando se fala de autoridades tradicionais em Moçambique, pretende-se tratar da identidade e da cidadania do povo moçambicano em vários contextos socioculturais.

Forquilha, Salvador (2008), O Paradoxo da articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias em Moçambique: Do Discurso sobre a Descentralização à Conquista dos Espaços Políticos a Nível Local. In: *Cadernos de Estudos Africanos* (16/17). Lisboa, Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa.

O artigo analisa a relação Estado/chefes tradicionais focalizando a atenção para o processo de democratização em curso em Moçambique. O estudo defende que a dinâmica da institucionalização do que ficou conhecido por "autoridades comunitárias" mostra que subjacente ao discurso sobre a descentralização e a participação local, existe uma luta pela conquista dos espaços políticos a nível local.

Fundação Friedrich Ebert Stiftung (1996), Descentralização e administração municipal – Descrição e desenvolvimento de ideias sobre alguns modelos africanos e europeus. Bonna, Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

O estudo é um subsídio para uma melhor compreensão dos processos de municipalização, suas premissas e dificuldades, bem como seus avanços, no âmbito das reformas político-administrativas. Neste sentido, trata-se igualmente dum contribuição para análise do processo de democratização e descentralização em curso em Moçambique.

Governo de Moçambique (2009), Decreto N.º 90/2009 – cria em cada distrito o Fundo Distrital de Desenvolvimento (FDD). Maputo, Governo de Moçambique.

Com vista a assegurar a materialização dos objectivos do governo orientados para o desenvolvimento do distrito, especificamente no domínio da produção de alimentos e geração de rendimento, garantindo a criação de postos de trabalho a nível local, o Conselho de ministros decretou a criação em cada distrito do Fundo Distrital de Desenvolvimento.

Guilherme, Mbilana et. al. (2009), Monitoria da governação local: luz ou sombra na monitoria. Maputo, Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento.

Trata-se dum relatório que apresenta os resultados da pesquisa sobre os mecanismos e objecto da monitoria da governação local implementados em cinco províncias de Moçambique. A pesquisa diagnóstica os mecanismos de monitoria da governação local nos distritos e municípios seleccionados.

Ilal, Abdul et. al. (2008), Governação e integridade em Moçambique: problemas práticos e desafios reais. Maputo, Centro de Integridade Pública.

Nos últimos anos, a governação democrática em Moçambique tem sido avaliada através de organizações internacionais e governos estrangeiros que procuram captar a qualidade das reformas em curso. O objectivo do relatório é o de apoiar o governo de Moçambique na priorização de intervenções na área da governação, a partir da identificação das lacunas encontradas nos quadros legais e institucionais, do desafio que se colocam à implementação de políticas públicas e das áreas de potencial reforma até 2012.

Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2011), *Guião de consulta para a participação comunitária e da Sociedade Civil na promoção da boa governação – Âmbito Municipal*. Maputo, Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.

O processo de descentralização é recente em Moçambique e, embora exista legislação sobre o assunto, poucas são as comunidades que têm o domínio da mesma e desta forma pouco se envolvem na governação. É neste contexto que surge o guião de consulta sobre o funcionamento das autarquias locais. Na perspectiva deste guião, a participação comunitária na vida municipal pode permitir a abertura de espaço para uma gestão mais participativa, possibilitando uma maior arrecadação de receitas e uma melhor prestação de contas aos municípios.

Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2011), *Guião de consulta para a participação comunitária e da Sociedade Civil na promoção da boa governação – Âmbito Distrital*. Maputo, Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.

Este guião é um documento de base para a disseminação e promoção de informação sobre o funcionamento dos governos distritais. Não obstante o contributo da sociedade civil na monitoria da governação, a exigência de prestação de contas aos governos distritais ainda é fraca. Isto deve-se não só à falta de conhecimento sobre o funcionamento dos governos locais, mas também à falta de informação sobre os seus direitos e deveres.

Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2011), *Guião de consulta para a participação comunitária e da Sociedade Civil na promoção da boa governação – Âmbito Provincial*. Maputo, Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.

Trata-se de um documento de base para a disseminação e promoção de informação sobre como funcionam os órgãos do governo provincial e nesse sentido permitir que a sociedade civil possa entender e interpretar as oportunidades existentes, para alimentar o seu campo de actuação na monitoria e advocacia da governação. Apesar disso, a sociedade civil ainda se mostra relativamente apática em relação a essas práticas. O guião sublinha que esta situação deve-se à falta de não só de

conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos locais, mas também de conhecimento sobre as possibilidades que se abrem no campo político.

Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (s.d), *Manual de advocacia da governação*. Maputo, Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.

A advocacia da governação incide principalmente, sobre as entidades governamentais e tem por objectivo desenvolver acções com vista a consciencializar o governo sobre as necessidades do cidadão ou das comunidades, para que este possa aprovar políticas públicas que sejam apropriadas. O manual apresenta as estratégias que podem ser usadas pelas Organizações da Sociedade Civil na advocacia da governação em Moçambique.

Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (2010), *Manual de monitoria da governação*. Maputo, Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil.

Na base de uma abordagem interactiva, o manual explica o processo de governação em Moçambique e faz uma abordagem metodológica do processo de monitoria para as Organizações da Sociedade Civil possam desenvolver competências apropriadas para a realização de acções de monitoria da governação.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (2008), *Relatório balanço de actividades no âmbito do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (Janeiro-Setembro 2008)*. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

O Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) é resultado do aprofundamento de processos de descentralização e desconcentração em curso no país. O presente documento reflecte o balanço de actividades realizadas no âmbito do OIIL no período que vai de Janeiro a Setembro de 2008.

Nuvunga, Adriano (2004), *A coabitação entre os órgãos locais do Estado e órgãos do poder local (autarquias) em Moçambique*. Maputo, European Parliamentarians for Africa.

A coabitação administrativa entre os Órgão Locais do Estado e as autarquias locais, se enquadra no contexto do surgimento da segunda república moçambicana, que se inaugura com a constituição da República em Janeiro de 1990 e se cristaliza com o fim da guerra e a subsequente realização das primeiras eleições pluripartidárias em 1994, e as autárquicas de 1998. O estudo mostra que a coabitação é marcada por muitos desafios.

Soiri, Lina (1999), *Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza*. Helsinkia, Instituto de Estudos de Desenvolvimento.

O relatório é resultado de um estudo sobre as ligações entre descentralização e redução da pobreza em Moçambique. O combate à pobreza é um dos objectivos do governo de Moçambique a todos os níveis. No entanto, o estudo demonstra mostra que não há uma ligação explícita entre descentralização e redução da pobreza.

Literatura cinzenta sobre o tema disponível no IESE

Bowen, Nina & Helling, A. Louis (2011), *Diagnóstico de governação participativa no Município de Maputo, Moçambique*. Preparado para Africa Region Social Development,

Este relatório faz um diagnóstico do Município de Maputo utilizando para isso uma grelha de análise baseada nos mecanismos de governação participativa com um enfoque no orçamento participativo e um ou dois sectores municipais. Neste contexto, o diagnóstico identifica falhas na circulação da informação ou na responsabilização, matérias em que os mecanismos de governação participativa podem proporcionar uma melhoria na qualidade do serviço prestado, participação cívica e empoderamento, ou numa melhor afectação e gestão dos recursos.

Castel-Branco, Carlos Nuno (2008), *Distritos, descentralização e desenvolvimento: uma reflexão crítica – aula inaugural do ano lectivo 2008*, Universidade Pedagógica, Massinga, Inhambane, 14-03-2008.

Esta aula inaugural sublinha, entre outros aspectos, que descentralização e “distrização” são definidos como indicador/sintoma formal de democracia representativa e institucional; populismo e localismo; uma forma de mobilização nacional; partilha institucional/formal do poder; legitimação do poder; transferência do conflito sobre apropriação e partilha de recursos para o distrito, e utilização do distrito para legitimar o padrão de apropriação e partilha.

Filipe Júnior, Silvestre Baessa (2011), *Seminário sobre governação participativa no Município de Maputo – notas de apresentação*. Maputo, Março de 2011.

O objectivo destas notas é contribuir para o debate sobre estabelecimento de mecanismos de participação comunitária no município de Maputo tendo em conta a experiência do processo de constituição e funcionamento dos Conselhos Consultivos Distritais em Niassa.

Governo da Província de Maputo (s.d.), *Relatório da execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) – 2007 a Outubro de 2009*. Maputo, Governo da Província de Maputo.

Em relação à execução de orçamento neste período, o relatório refere que os projectos aprovados e financiados enquadram-se nas três vertentes estabelecidas nas orientações, nomeadamente, produção de comida, geração de rendimento e geração de emprego. No entanto, os projectos seleccionados não mostram um equilíbrio nas três vertentes, tendo-se constatado que em alguns distritos foram aprovados mais projectos de comércio em detrimento de produção de culturas agrícolas.

Ministério da Administração Estatal/Direcção Nacional de Administração Local (2011), *Informação sobre o Sistema de Monitoria do Desenvolvimento Distrital*. Maputo, Ministério da Administração Estatal.

O Sistema de Monitoria do Desenvolvimento do Distrito (SMoDD) visa potenciar fornecer aos órgãos Locais do Estado de instrumentos para medir o grau de desempenho na execução correcta dos Processos Distritais da Planificação e Finanças Descentralizadas, com base em critérios de desempenho provenientes das normas e procedimentos do quadro legal e instrumental de cada Processo Distrital.

Ministério da Administração Estatal (2011), *Relatório Nacional de Desempenho dos Processos Distritais: Sistema de Monitoria do Desenvolvimento do Distrito*. Maputo, Ministério da Administração Estatal.

No contexto da implementação do Sistema de Monitoria de Desenvolvimento do Distrito (SMoDD), O Ministério da Administração Estatal, alargou o número de distritos abrangidos no exercício de 2010 de 33 para 40, visualizando-se a meta de alcançar 80 distritos em 2012 nos termos das metas estabelecidas no PARP. O objectivo do SMoDD é melhorar a governação local e a prestação de serviços públicos ao nível do distrito.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento/Direcção Nacional de Planificação (2010), *Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas: relatório anual de actividades 2010*. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

O Programa Nacional é essencialmente um programa de suporte ao estabelecimento, desenvolvimento e consolidação da Planificação e Finanças Descentralizadas e dos órgãos Locais do Estado cuja operacionalização e implementação é feita através de cinco Processos Distritais: Participação Comunitária; Planificação Estratégica; Planificação Operacional; Gestão e Execução do Plano, Controlo Interno e Externo.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento & Ministério das Finanças (2008), *Procedimentos para a implementação de*

***projectos de geração de emprego e produção de comida a nível distrital*. Maputo, Ministério da Planificação e Desenvolvimento.**

Este documento visa apoiar os governos distritais na preparação, aprovação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local alocado para o financiamento de projectos de geração de rendimento e produção de alimentos no exercício económico de 2009 e subsequentes.

Métier – Consultoria e Desenvolvimento (2009), *Análise da execução do orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL) nos distritos*. Maputo, Métier – Consultoria e Desenvolvimento.

O Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL) é um instrumento fundamental na alocação de recursos financeiros do Estado aos distritos, no âmbito do combate à pobreza, nos termos definidos pelo governo. Este estudo visa providenciar uma visão geral e abrangente sobre a execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local nos distritos.

Métier – Consultoria e Desenvolvimento (2010), *Elaboração de Dossiers de processos distritais: Relatório de Instalação*. Maputo, Métier – Consultoria e Desenvolvimento.

Na sequência de uma nova abordagem política da descentralização em Moçambique, e em resultado da avaliação conjunta dos diferentes projectos de planificação e finanças descentralizadas levadas a cabo pelo governo de Moçambique em 2006, foi decidido harmonizar as diferentes intervenções organizando-as num único Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas em Moçambique. O Programa Nacional visa fortalecer a capacidade das instituições do governo para planificar e gerir de forma participativa e transparente os recursos afectos ao desenvolvimento social e económico local.